- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Fábula de um arquiteto

A arquitetura como construir portas,
de abrir; ou como construir o aberto;
construir, não como ilhar e prender,
nem construir como fechar secretos;
construir portas abertas, em portas;
casas exclusivamente portas e teto.
O arquiteto: o que abre para o homem
(tudo se sanearia desde casas abertas)
portas por-onde, jamais portas-contra;
por onde, livres: ar luz razão certa.

Até que, tantos livres o amedrontando,
renegou dar a viver no claro e aberto.
Onde vãos de abrir, ele foi amurando
opacos de fechar; onde vidro, concreto;
até fechar o homem: na capela útero,
com confortos de matriz, outra vez feto.

João Cabral de Melo Neto. **Fábula de um arquiteto**.
In: **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1978, p.18.

Considerando o texto e a imagem da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, obra de Oscar Niemayer, julgue os itens a seguir.

1 O verbo "construir", presente reiteradamente nos cinco versos iniciais do texto, é empregado no poema como substantivo.

2 Em "tudo se sanearia desde casas abertas" (primeira estrofe), a forma verbal é empregada no futuro do pretérito no modo indicativo para expressar a certeza da impossibilidade do saneamento.

3 A ausência de pontuação na enumeração presente em "por onde, livres: ar luz razão certa" (primeira estrofe) contraria a norma culta quanto ao emprego dos sinais de pontuação, mas atende à especificidade do gênero textual poético.

4 Em "Até que, tantos livres o amedrontando" e "ele foi amurando" (ambos na segunda estrofe), as formas pronominais "o" e "ele" têm o mesmo referente: o arquiteto.

5 Na segunda estrofe, o significado das expressões "vãos de abrir" e "opacos de fechar" está em consonância com a tensão que estrutura o poema: a transformação do sujeito que abre novos caminhos para o homem em alguém capaz de encerrá-lo por trás de muros confortáveis.

6 O resultado arquitetônico da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida corresponde ao conteúdo expresso na última estrofe do texto de João Cabral de Melo Neto: "onde vidro, concreto; / até fechar o homem: na capela útero, / com confortos de matriz, outra vez feto."

O eucalipto é cortado, e dele se faz o papel. Processo quase alquímico. O inflexível se dobra, o marrom se torna branco, onde cabiam folhas verdes agora cabem ideias maduras. Chegada a obra-prima, alguém trabalha o preenchê-la. E era isso que fascinava tanto o jornalista Pinheiro Júnior — fosse jovem fosse experiente.

— Por que arquitetura? Por que arquitetura quando o senhor já havia contribuído tanto com esse talento, com esse dom?

— Uma das coisas que mais me atraiu na Última Hora foi a diagramação da UH, a paginação da UH. Enquanto os outros jornais eram jornais duros, feios, a UH era um jornal bonito, era um jornal, inclusive, a cores. Os outros jornais não eram. Arquitetura, em jornalismo, é exatamente a diagramação dos jornais.

Bruna Rezende e Victor Gabry. **A Arquitetura tem tudo a ver com o Jornalismo!** Uma conversa com Pinheiro Júnior, veterano do jornalismo, sobre o que ele ainda não falou. *In*: **Cadernos de reportagem**, 2018. Internet: <cadernosdereportagem.wordpress.com>.

Com base na leitura e nos sentidos do texto anterior, julgue os itens que se seguem.

7 No primeiro parágrafo, "inflexível", "marrom" e "folhas verdes" relacionam-se a "eucalipto", enquanto "dobra", "branco" e "ideias maduras" associam-se a "papel", apontando para as especificidades de seus significados, mas sem descartar a origem comum de ambos, "eucalipto" e "papel".

8 Em "Chegada a obra-prima" (quarto período do primeiro parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo, de modo que seu emprego manteria os sentidos originais do texto.

9 O uso dos travessões no início do segundo e do terceiro parágrafos é um dos indicativos de que o gênero textual do fragmento apresentado é entrevista.

10 Seria preserva a correção gramatical e os sentidos do texto caso o termo "Por que", no trecho "– Por que arquitetura?", fosse substituído por **Por qual**.

11 No trecho "Uma das coisas que mais me atraiu na Última Hora foi a diagramação da UH, a paginação da UH" (terceiro parágrafo), a forma verbal "atraiu" poderia ser corretamente empregada no plural — **atraíram**.

12 Mantendo-se a correção gramatical do texto, o último parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma, sem prejuízo do seu sentido original: Uma das coisas que mais me atraiu na Última Hora foi a sua diagramação, a sua paginação. Enquanto os outros jornais eram duros, feios, em preto e branco, a UH era um jornal bonito, em cores. Arquitetura, em jornalismo, é exatamente a diagramação dos jornais.

As regiões metropolitanas e as grandes cidades brasileiras concentram hoje a atenção das autoridades de gestão territorial em nível local, regional e nacional. O conhecimento da complexa realidade dessas áreas em suas múltiplas dimensões e de modo dinâmico torna-se imprescindível para geri-las de forma eficiente. Não se trata apenas do levantamento de dados brutos, mas da proficiente manipulação e interpretação desses dados a partir de processamentos quantitativos (matemáticos e lógicos) sobre uma base espacial, de forma a revelar características e processos intrínsecos aos fenômenos em análise. Dito de outra forma, não basta somente a confecção de mapas digitais coloridos ilustrando, por exemplo, a exclusão social de uma determinada cidade por quantis, mas é fundamental que, com o auxílio de técnicas apropriadas de análise espacial, se possam extrair tendências do padrão de manifestação da exclusão social de forma contínua no espaço. Ou ainda, não é suficiente apenas mapear a ocorrência de crimes em um sistema georreferenciado, mas sim estudá-los de forma dinâmica, entendendo a sua proliferação no espaço e no tempo em articulação com inúmeras variáveis socioeconômicas e biofísicas, e como as estradas podem atuar como vetores de expansão da criminalidade.

Nessa linha de pensamento, elaborar mapas estáticos de uso do solo urbano não mais atende às necessidades atuais dos gestores locais, mas é necessário que se permitam simulações de diferentes cenários futuros de expansão urbana e dinâmica de uso do solo em ambiente computacional. Aí reside o desafio da geoinformação em gestão urbana e regional, que pode ser entendida como um paradigma emergente na pesquisa multi e interdisciplinar que se dedica a explorar a extrema complexidade de problemas socioambientais em um ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Openshaw (2000) argumenta que a geoinformação não se reduz ao uso de técnicas computacionais para solucionar problemas espaciais, mas se refere, ao contrário, a uma forma totalmente nova de se fazer ciência em um contexto geográfico.

Cláudia Maria de Almeida, Gilberto Câmara e Antonio Miguel V. Monteiro (Org.).
Geoinformação em urbanismo. Cidade Real X Cidade Virtual.
São Paulo: Oficina de Texto, 2007, p. 5 e 6. (com adaptações).

Em relação aos aspectos linguísticos do texto apresentado anteriormente, julgue os próximos itens.

13 O sujeito da oração apresentada no primeiro período do texto é “a atenção das autoridades de gestão territorial”.

14 Em “geri-las” (segundo período do primeiro parágrafo) e em “estudá-los” (último período do primeiro parágrafo), as formas pronominais exercem a função de complemento das formas verbais a que se ligam e referem-se a “áreas” e a “crimes”, respectivamente.

15 Em todas as suas ocorrências nos 3º, 4º e 5º períodos do primeiro parágrafo, a conjunção “mas” introduz no texto uma ideia de contraste.

16 No trecho “mas é necessário que se permitam simulações de diferentes cenários futuros de expansão urbana e dinâmica de uso do solo em ambiente computacional”, o vocábulo “que” introduz uma oração que exerce a função de sujeito da oração anterior.

17 Em “que pode ser entendida como um paradigma emergente na pesquisa multi e interdisciplinar que se dedica a explorar a extrema complexidade de problemas socioambientais em um ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG)”, o vocábulo “que” apresenta o mesmo referente em ambas as ocorrências.

18 No trecho “Aí reside o desafio da geoinformação em gestão urbana e regional, que pode ser entendida como um paradigma emergente na pesquisa multi e interdisciplinar”, a flexão do feminino em “entendida” justifica-se pela concordância com o substantivo “gestão”.

Com relação ao sistema operacional Windows e às ferramentas do Microsoft 365, julgue os itens que se seguem.

19 Na opção de *backup* do Windows, é possível fazer a cópia de segurança das pastas e dos arquivos do usuário assim como de configuração das redes *wi-fi* e respectivas senhas.

20 O Windows Defender Antivírus, uma solução de segurança do sistema operacional Windows, é instalado na máquina do usuário junto a outros antivírus do mercado para uma melhor cobertura contra *malwares* e vírus.

21 O Modo Avião é uma opção de configuração do Windows que, quando ativada, interrompe qualquer comunicação sem fio via *wi-fi*, *Bluetooth* ou celular.

22 Na galeria de estilos do Word, o estilo Normal é utilizado para criação de títulos de seções de um documento, para que eles fiquem destacados e possam receber numeração automática.

23 No Word, a opção Compartilhar permite que um documento em elaboração seja enviado como anexo para um ou mais destinatários de *email* para ser editado simultaneamente por eles.

Com relação a conceitos básicos de Internet e programas utilizados para navegação, pesquisa ou comunicação, julgue os itens que se seguem.

24 No histórico do Google Chrome, é exibida a lista de todos os sítios recentemente visitados pelo usuário que não tenham sido acessados no modo de navegação anônima.

25 No Microsoft Outlook, é possível anexar a uma mensagem de correio eletrônico um documento que está na nuvem, usando-se, para tanto, o recurso OneDrive.

26 No Outlook, a opção Inserir Assinatura permite que a mensagem de *email* seja assinada digitalmente com uso de criptografia.

27 Ao se utilizar a página do Google para busca na Internet, é possível inserir o texto por meio de um teclado virtual, usando-se, para tanto, a ferramenta de Inserção de Texto, ao lado da caixa de pesquisa.

28 No Google, pode-se usar uma imagem para pesquisar outras imagens ou conteúdos, por meio do *upload* ou arrastando-se o arquivo para a área de pesquisa.

Os cartões de resposta de certa prova de itens de julgamento certo (C) ou errado (E) foram depositados em uma urna G. A prova consistia de 5 itens, de modo que, em cada cartão de resposta, há 5 campos para marcação C e 5 para marcação E. A pontuação dessa prova foi definida da seguinte maneira: para cada marcação de um item em conformidade com o gabarito da prova, são atribuídos 2 pontos positivos; para cada marcação de um item em desconformidade com o gabarito da prova, são atribuídos 2 pontos negativos; as marcações em branco não acarretam pontuação positiva nem negativa; não é admitida dupla marcação (marcação, para algum item, de ambos os campos C e E). Foi observado, ainda, que

- não existe cartão de respostas depositado na urna G que contenha dupla marcação (marcação de C e E para algum item);
- cada cartão presente na urna G corresponde a uma das distintas possibilidades de preenchimento de cartão de respostas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

29 G possui 243 cartões distintos.

30 A probabilidade de ser atribuída nota 10 a um cartão retirado da urna G ao acaso é igual a $\frac{1}{32}$.

31 Existem menos de 50 cartões em G para cada um dos quais será atribuída nota igual a zero.

32 Retirando-se ao acaso um cartão de respostas da urna G, a probabilidade de que seja atribuída nota igual a 2 a esse cartão é igual à probabilidade de que lhe seja atribuída nota igual a − 2.

Em um jogo investigativo, um dos objetivos é coletar pistas para descobrir o culpado de um crime. Em determinada ambientação, cinco senhores, cada um usando um chapéu de determinada cor — branco, cáqui, preto, verde e vermelho —, participavam de um jantar, quando a luz da mansão apagou. Passado o apagão, foi constatado que o senhor de chapéu cáqui estava morto. Em uma etapa do jogo, já haviam sido coletados os seguintes depoimentos dos outros quatro cavalheiros:

Senhor de chapéu verde: "O senhor de chapéu vermelho é inocente."
Senhor de chapéu vermelho: "Se o senhor de chapéu preto e o senhor de chapéu verde são inocentes, então o senhor de chapéu branco mentiu em seu depoimento."
Senhor de chapéu branco: "O senhor de chapéu preto é inocente."
Senhor de chapéu preto: "O senhor de chapéu verde mentiu em seu depoimento."

Sabendo que apenas um dos depoentes mentiu e que apenas um dos senhores assassinou o senhor de chapéu cáqui, julgue os itens seguintes.

33 O depoimento feito pelo senhor de chapéu vermelho pode ser escrito, como uma proposição sentencial, na forma: $P \wedge Q \rightarrow R$.

34 Apenas um dos senhores é, ao mesmo tempo, o assassino e o mentiroso.

35 A proposição sentencial $\sim P \vee Q \rightarrow \sim R$ corresponde, logicamente, à negativa do depoimento do senhor de chapéu vermelho.

36 O senhor de chapéu branco mentiu em seu depoimento.

A respeito da Lei n.º 12.378/2010, que disciplina a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), julgue os itens a seguir.

37 O registro do arquiteto e urbanista no CAU/BR é circunscrito ao âmbito estadual, devendo o profissional realizar inscrição suplementar caso queira atuar em outros estados da Federação.

38 O CAU/BR é responsável pela organização e manutenção do cadastro nacional das escolas e faculdades de arquitetura e urbanismo.

39 As expressões "arquitetura" ou "urbanismo" podem ser utilizadas no nome fantasia de determinada sociedade, ainda que esta não tenha arquiteto e urbanista entre seus sócios ou empregados permanentes.

Com relação ao Anexo II do Regimento Interno do CAU/BR (Resolução n.º 139/2017), julgue os itens seguintes.

40 Compete ao CAU/BR decidir, em última instância recursal, sobre matérias deliberadas no âmbito dos conselhos de arquitetura e urbanismo dos estados e do Distrito Federal.

41 O presidente do CAU/BR deverá proferir voto em todas as votações do plenário e do conselho diretor.

42 No que diz respeito ao acesso às informações solicitadas pelo cidadão, o CAU/BR não está adstrito aos princípios da administração pública, podendo decidir livremente acerca da conveniência de conferir o acesso às informações demandadas.

43 A deliberação a respeito de diretrizes para a implementação de ações, visando-se a valorização da profissão de arquiteto e urbanista, insere-se no âmbito das competências da Comissão de Política Profissional do CAU/BR.

44 Compete ao conselho diretor do CAU/BR deliberar a respeito da proposta de instituição e de extinção de comissões permanentes e temporárias.

No que diz respeito à ética no setor público, julgue os itens seguintes.

45 É vedado ao servidor público, em qualquer hipótese, retirar documento da repartição pública em que atua.

46 No exercício do cargo ou da função pública, o servidor público deve nortear suas ações pela dignidade, pelo decoro, pelo zelo, pela eficácia e pela consciência dos princípios morais.

Considerando a Portaria Normativa n.º 112/2023 (Código de Conduta, Disciplina e Ética do CAU/BR), julgue os itens a seguir.

47 O arquiteto e urbanista deve responsabilizar-se pelas tarefas ou pelos trabalhos executados por seus auxiliares, equipes, assim como considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade.

48 Cabe ao arquiteto responsável pela execução de serviço ou obra manter sigilo, sem quaisquer ressalvas, sobre os negócios confidenciais de seus contratantes.

Acerca do que dispõe a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os próximos itens.

49 A ação ou a omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, com base em jurisprudência, configura ato de improbidade administrativa.

50 Constitui ato de improbidade administrativa o exercício da atividade de consultoria para pessoa física que tenha interesse suscetível de ser amparado por ação decorrente das atribuições do agente público durante a atividade.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca da teoria da Constituição e sua classificação, bem como do poder constituinte, julgue os itens a seguir.

51 A Constituição Federal de 1988 pode ser classificada corretamente como escrita, analítica, cesarista, dogmática e rígida.

52 O poder constituinte decorrente refere-se ao poder de os estados-membros e os municípios elaborarem as próprias constituições, respeitando os limites impostos na Constituição Federal de 1988.

53 Não há possibilidade jurídica de pedido de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de norma oriunda do poder constituinte originário, uma vez que a tese de que há hierarquia entre normas constitucionais originárias, dando azo à declaração de inconstitucionalidade de umas em face de outras, é incompossível com o sistema de Constituição rígida.

Antony, estrangeiro não domiciliado no Brasil, encontrava-se de férias no país, hospedado em um hotel no Rio de Janeiro. Um agente de polícia que se encontrava no mesmo hotel desconfiou do comportamento de Antony, que andava sempre preocupado, olhando para os lados, então resolveu ingressar no quarto de hotel onde Antony estava hospedado.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes de acordo com a jurisprudência do STF.

54 Para fins da inviolabilidade domiciliar, o quarto de hotel, desde que ocupado, é equiparado a domicílio, razão pela qual não é permitido o ingresso do agente sem a permissão de Antony, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

55 Caso seja preso, Antony não poderá ser paciente de *habeas corpus*, porquanto tal garantia é exclusiva de brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da organização do Estado brasileiro, julgue os próximos itens.

56 As associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial com trânsito em julgado.

57 É vedada a instituição de bônus de eficiência e produtividade por lei para servidores públicos que recebem sua remuneração sob a sistemática de vencimentos, porquanto, nesse caso, é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

58 Compete à União, em caráter geral, e aos estados e ao Distrito Federal, em caráter suplementar, legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.

Quanto à organização dos Poderes e às funções essenciais à justiça, julgue os itens que se seguem.

59 Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, assim como todas as suas decisões serão fundamentadas, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, desde que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

60 A criação, a transformação e a extinção de cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal constituem competência privativa da respectiva Casa Legislativa do Congresso Nacional, contudo a fixação dos vencimentos de seus servidores dependerá de lei, observada sua iniciativa.

A respeito de licitações e contratos administrativos, à luz da Lei n.º 14.133/2021, julgue os seguintes itens.

61 Os preços contratados deverão ser alterados caso haja, após a apresentação da proposta, a criação ou extinção de tributos.

62 No âmbito do processo de licitação, a fase de habilitação precede a fase de julgamento.

63 No caso da venda de bens imóveis, o licitante que estiver ocupando o imóvel objeto da licitação terá direito de preferência, desde que atendidas todas as regras do edital.

64 Empresa controlada não pode participar de disputa licitatória da qual também esteja participando a controladora.

65 No caso de execução indireta de obras e serviços de engenharia, dispensa-se o projeto executivo, sendo admitido o regime de empreitada por preço unitário.

A respeito do ato administrativo e do processo administrativo, julgue os itens a seguir.

66 O poder extroverso da administração pública é a premissa basilar do atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo, mediante o qual se permite ao poder público a edição de atos que vão além da esfera jurídica do sujeito emitente.

67 Os decretos são atos administrativos de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo que estão intimamente relacionados com o processo de deslegalização.

68 A cassação, que é forma de extinção do ato administrativo, deve ocorrer quando o beneficiário deixar de cumprir as condições para a subsistência do referido administrativo.

69 O prazo decadencial para o exercício da autotutela da administração pública deve ser observado mesmo nos casos de flagrante inconstitucionalidade, considerado o primado da segurança jurídica.

70 É permitida a avocação permanente de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Com relação a domicílio e residência, aos negócios jurídicos, a prescrição e decadência, ao contrato de mandato e a obrigações, julgue os próximos itens, à luz do Código Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

71 Configura-se hipótese de domicílio da pessoa natural a hospedagem decorrente de contrato atípico de hospedagem por temporada de curta duração realizada por meio de plataforma digital.

72 Não prevalecerá o sentido literal da declaração de vontade quando esta não corresponder a exata expressão do consentimento pretendido por quem a exprime.

73 A renúncia ao mandato é considerada existente com a simples manifestação de vontade do renunciante, no entanto, para ter eficácia e surtir os devidos efeitos, o ato depende do encaminhamento e da recepção pelo mandante.

74 A transação feita entre o devedor principal e o credor sem anuência do fiador extingue a fiança.

75 O prazo prescricional para a propositura de ação de indenização promovida pelo mandante contra o mandatário é de cinco anos por se tratar de responsabilidade proveniente de relação extracontratual.

Quanto a prescrição e decadência, contratos, obrigações e responsabilidade civil, julgue os itens a seguir, de acordo com o Código Civil e o entendimento do STJ.

76 Não é possível exigir o cumprimento da prestação do devedor, por meio de cobrança judicial ou cobrança extrajudicial do débito, se ocorrer a paralisação da pretensão em razão da prescrição.

77 O fato de o advogado perder o prazo para oferecer contestação enseja sua automática responsabilização civil com base na teoria da perda de uma chance.

78 O reconhecimento da *supressio*, por se situar em momento posterior à formação da relação jurídica e interferir em seu exercício, não vulnera o princípio *pacta sunt servanda*.

79 A redução da cláusula penal é, no adimplemento parcial, realizada por avaliação equitativa do juiz, que adota como critério valorativo para a redução o grau de culpa do devedor independentemente de sua situação econômica.

80 Na hipótese de atraso na entrega de imóvel cuja compra e venda se deu na planta, será cabível cumular os lucros cessantes e a cláusula penal moratória independentemente do valor prefixado de indenização decorrente do adimplemento tardio da obrigação.

Com base no Código de Processo Civil e na jurisprudência do STJ, julgue os itens a seguir, acerca de honorários advocatícios, recursos, mandado de segurança e reconvenção.

81 Admite-se a fixação de honorários sucumbenciais por apreciação equitativa quando o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório.

82 É cabível a fixação de honorários advocatícios, na fase de cumprimento de sentença, em favor da parte que foi vencedora nessa etapa processual, ainda que decorrente do julgamento de ação de mandado de segurança.

83 A interposição de um recurso contra determinada decisão não enseja a inadmissibilidade de eventual segundo recurso interposto pela mesma parte e contra o mesmo julgado, desde que tal recurso posterior seja o adequado para impugnar a decisão e seja interposto antes de decorrido o prazo recursal.

84 A reconvenção é autônoma em relação à ação originária, de modo que o julgamento improcedente do pedido da ação principal não resulta em perda automática do interesse de agir da reconvenção.

85 Admite-se a impetração de mandado de segurança contra ato judicial por terceiro que tenha sido prejudicado pela decisão judicial impugnada.

Acerca da petição inicial, da denunciação da lide, do agravo de instrumento e da reclamação, julgue os itens seguintes, à luz do Código de Processo Civil e do entendimento do STJ.

86 A indicação, na petição inicial, de valor da causa incompatível com o proveito econômico pretendido ensejará, após o acolhimento do pedido em sentença, a alteração da quantia arbitrada pela parte autora, a fim de majorar a base de cálculos de honorários de sucumbência.

87 A denunciação da lide somente se torna obrigatória caso a omissão da parte implique perda do direito de regresso do denunciante.

88 A suspensão de segurança independe da existência de ação cognitiva em curso proposta contra o poder público ou concessionária de serviço público.

89 As hipóteses de cabimento do agravo de instrumento estão exemplificativas elencadas no Código de Processo Civil, razão pela qual se admite sua interposição quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

90 A suspensão de segurança possui natureza jurídica de recurso.

Em relação às disposições constitucionais sobre finanças públicas, aos princípios orçamentários e à classificação de despesa pública, julgue os itens a seguir.

91 As normas acerca de exercício financeiro, vigência, prazos, elaboração e organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual devem ser estabelecidas em lei ordinária.

92 A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que a lei orçamentária anual engloba o orçamento dos conselhos de fiscalização de profissão regulamentada.

93 O princípio da unidade estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na lei orçamentária anual (LOA).

94 Quanto ao motivo do dispêndio, a despesa pública pode ser classificada em despesa corrente, que é aquela que resulta da manutenção das atividades próprias do Estado e acarreta o aumento do patrimônio do Estado.

95 A lei orçamentária anual (LOA) poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes.

Acerca da classificação de receita pública, do pagamento das despesas públicas e da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), julgue os itens seguintes.

96 As receitas públicas originárias decorrem de uma relação de subordinação estabelecida entre a administração e o administrado, estando sua origem no poder de imposição do Estado em face do particular.

97 É permitida a aplicação da receita de capital decorrente da alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público para financiar despesas correntes.

98 Conforme a LRF, a reestimativa de receita pelo Poder Legislativo somente será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

99 Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos conselhos de fiscalização não se submetem ao regime de precatórios.

100 A LRF se aplica às empresas estatais controladas que recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital.

No que diz respeito a aspectos do direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

101 A constatação da insalubridade por meio de laudo pericial não é suficiente para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, uma vez que a classificação da atividade insalubre deve estar prevista no rol elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

102 Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho pode estabelecer redução do intervalo intrajornada.

103 Quando a empresa fornece ao empregado instrumentos telemáticos ou informatizados, o uso de tais equipamentos é suficiente para caracterizar o regime de sobreaviso.

104 O empregado contratado por tempo determinado não goza da garantia provisória do emprego decorrente de acidente do trabalho.

105 Caso a empresa forneça veículo ao empregado para a realização do trabalho e esse veículo venha a ser utilizado também para atividades particulares, tal benefício passará a integrar o salário.

106 Empregado eleito como membro suplente da CIPA goza da garantia provisória ao emprego.

107 O período em que o empregado cumpre o aviso prévio, trabalhado ou indenizado, está sujeito às contribuições do FGTS.

108 O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado.

109 A transferência do horário de trabalho de período noturno para diurno não implica na perda do adicional noturno se o empregado trabalhou por mais de um ano na jornada noturna.

110 Empregado que pedir demissão antes de completar 12 meses de trabalho terá direito às férias proporcionais aos meses que trabalhou.

Em 2023, um empregado celetista ajuizou ação individual trabalhista contra determinada autarquia, sem a assistência de advogado, no rito sumaríssimo. O valor da causa indicado na inicial era de 10 mil reais. O juiz julgou improcedente a ação, e o autor interpôs recurso ordinário, que, entretanto, foi desprovido. Dessa decisão o autor interpôs recurso de revista, por entender ter havido contrariedade a súmula do STJ.

Acerca dessa situação hipotética e de aspectos pertinentes à lei e à justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

111 A lei trabalhista permite o ajuizamento de reclamação trabalhista na justiça do trabalho sem a assistência de advogado.

112 A ação em questão se enquadra no procedimento sumaríssimo trabalhista, que é aquele aplicável a causas cujo valor não exceda a 40 salários mínimos, tendo-se como base o valor do salário mínimo na data do ajuizamento da ação.

113 A ação de que trata a situação em apreço contém erro de indicação do polo passivo, porquanto a CLT não admite demanda no procedimento sumaríssimo em que autarquia seja parte.

114 O recurso ordinário é cabível no rito sumaríssimo trabalhista no prazo de 15 dias contra decisões definitivas das varas trabalhistas.

115 O TST não admite a interposição de recurso de revista no *jus postulandi* das partes.

116 Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, é admitido recurso de revista por contrariedade a súmula do TST, do STJ e do STF.

Caio ajuizou ação trabalhista contra seu ex-empregador, tendo suposto preposto deste comparecido à audiência inaugural. O juízo proferiu sentença aplicando os efeitos da revelia, com base no fato de que o reclamado não compareceu à audiência, uma vez que o referido preposto não comprovou ser empregado da parte reclamada. Transitada em julgado essa decisão, Caio então ajuizou ação rescisória na vara do trabalho sentenciante, pedindo novo julgamento e realizando depósito de 5% sobre o valor da causa.

Acerca dessa situação hipotética e de aspectos a ela pertinentes, julgue os itens a seguir com base na CLT e no entendimento do TST.

117 Segundo expressa previsão da CLT, o não comparecimento do reclamado à audiência importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

118 Na situação considerada, foi correta a sentença, pois o preposto de empregador, que o represente na audiência trabalhista, tem de ser empregado da parte reclamada.

119 Na situação em apreço, foi correto o endereçamento da ação rescisória, uma vez que a competência originária para seu processamento e julgamento é do juiz da vara trabalhista sentenciante.

120 Na situação em apreço, foi correto o ajuizamento da ação rescisória, porquanto o autor de rescisória trabalhista deve pedir a realização de novo julgamento do processo e ainda depositar a importância de 5% sobre o valor da causa.

Espaço livre